

Empresários definem objetivos

Os empresários já definiram sua tática para o segundo turno da Constituinte: atacar alvos definidos, para suprimir a tendência socializante do texto aprovado na primeira fase. Os líderes empresariais paulistas acham que isso será possível com uma atuação uniforme das lideranças do setor de todo o País, através da "ação monolítica", de sindicatos, federações e confederações.

Essas revelações foram feitas ontem durante o seminário "Projeto de Constituição", na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), um encontro que reuniu dezenas de empresários e especialistas em Direito Constitucional.

Ruy Martins Altenfelder Silva, tesoureiro da entidade e presidente da comissão que acompanha os trabalhos da Constituinte, disse que "temos muitos pontos para ataques". Esses pontos são as emendas já aprovadas que precisam ser, segundo os empresários, modificadas ou suprimidas.

Atentos às mudanças nas regras do jogo, na segunda etapa, os empresários sabem das dificuldades que enfrentarão. "Serão necessários 280 votos para aprovar modificações", lembrou Ruy Altenfelder. Carlos Eduardo Moreira Ferreira lembrou o "esvaziamento do plenário nesta próxima fase", citando a candidatura de 150 parlamentares às eleições municipais. Moreira Fer-

reira considera, portanto, "fundamental estabelecer prioridades na eleição dos temas que devem ser objeto de emendas". Já o professor de Direito Constitucional da USP, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, afirmou que a futura Constituição, se não forem feitas modificações substanciais no segundo turno, será "contrária à iniciativa privada". Para o professor, não pode haver interferência de qualquer órgão oficial na oferta e procura, como prevêem alguns itens do projeto constitucional. Ele citou o Artigo 203 como "base das leituras socialistas ou socializantes", observando que "não podem existir normas imperativas para o setor público e indicativas para o setor privado".

Governo ameaça demitir para cumprir a anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se a Constituinte determinar que o governo contrate os milhares de funcionários demitidos por motivos políticos desde 1979, em todo o setor público, só há uma saída: demitir número equivalente de pessoas ao mesmo tempo.

Essa posição foi defendida pelo ministro Mafonso da Nóbrega, quinta-feira à noite, em reunião no Palácio do Planalto com o presidente da República, José Sarney, e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Tanto a área econômica quanto o Gabinete Civil estão impressionados com o impacto da decisão sobre as contas de governo, já que o número de readmissões é superior a dois mil.

No comentário a decisão da Constituinte, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, disse que o seu impacto está sendo avaliado no momento, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. Segundo as primeiras estimativas feitas pelo governo, contudo, a medida vai provocar um impacto bastante negativo, obrigando o governo a redimensionar toda a sua política econômica, inclusive com as demissões que se farão na esfera federal. E isso ocorrerá, segundo explicou Costa Couto, porque a decisão interfere profundamente com as finanças das cidades e dos municípios, incluindo no orçamento do déficit público.